

# REAL REPÚBLICA PALÁCIO DA LOUCURA: VIVER, APRENDER, APLICAR

por

Teresa Carreiro\*

**Resumo:** Traçamos um retrato inevitavelmente parcelar do ambiente comunitário da Real República Palácio da Loucura, nos anos 60, enfatizando o aspecto das aprendizagens.

Em detrimento da profundidade analítica, os elementos informativos e o seu registo etnográfico foram preservados neste texto. Procura-se entender algumas das experiências culturais das Repúblicas de estudantes de Coimbra, situadas no contexto da década de 60, dando conta do alcance da dissidência política da cultura juvenil que aí se cimentou, e que contribuiu para o alargamento do terreno de oposição ao Estado Novo. Em que medida as vivências e, consequentemente, os “haveres” e os “saberes” aprendidos e treinados na “atmosfera” desta República, localizada num tempo particular, desempenharam um papel iniciático de realidades sociais futuras?

**Palavras-chave:** Repúblicas; estudantes; *habitus*.

## BREVES CONSIDERAÇÕES DE ENQUADRAMENTO

Na Real República Palácio da Loucura, objecto da nossa investigação,<sup>1</sup> tiveram lugar relacionamentos de forte componente de convivência e partilha: experiências e objectivos com muito de comum, activas afinidades, acordos estabelecidos (explícita e também implicitamente), sintonias de ordem diversa, acções lúdicas, rituais, linguagens e regras, dificuldades, artes de invenção e práticas festivas... Em suma: esquemas de percepção e apreciação de grande semelhança, que nos conduzem às aprendizagens, aspecto focado com maior incidência neste texto.

Porque partimos de um estudo de caso, situado especificamente no arco temporal compreendido entre 1960 e 1970, porque falamos de um período densamente

---

\* Professora do ensino técnico-profissional. E-mail: teresacarreiro@netcabo.pt

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado (*Viver numa República de estudantes de Coimbra. Real República Palácio da Loucura. 1960-70*), Culturas Regionais Portuguesas, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Março 2003).

atravessado pelos sinais de envelhecimento, desfasamento e apodrecimento de um regime que já tinha sido “Novo”, e porque os nossos actores a esse momento histórico e a essa época transformadora não responderam com indiferença, procurámos também compreender o papel dos repúblicos no contexto das lutas académicas coimbrãs contra o Estado Novo (e foi nossa opção dedicar, aqui e agora, maior atenção à de 1969), analisando as condições que possibilitaram ao Palácio tornar-se, durante os anos 60, um “foco” de oposição ao regime. Isso levou-nos a cruzar acontecimentos históricos com acontecimentos individuais, verificando em que medida o “saber viver” aprendido conjuntamente naquela República contribuiu para a actuação dos palacianos nas crises académicas, as “purgas” estudantis da Coimbra desses tempos.<sup>2</sup>

Na reconstituição de uma década de modos de vida da Real República Palácio da Loucura, procurámos a textura da vida quotidiana, colocando à boca do palco o “estilo” da sociabilidade grandemente aprendida e treinada nas Repúblicas de Coimbra, em geral, e no Palácio, na nossa leitura particularizante. Assim, na procura do registo dos modos de vida, dos rituais, das formas de fazer, estivemos atentos à diversidade de elementos com que nos fomos deparando: o hino, o grito “à palha”, o “discurso louco”, as pipas de cem litros de vinho de vida curta, a “valsa” palaciana, a boémia e a tertúlia (que no Palácio da Loucura foram “palavras inteiras”, como pudemos ouvir em discurso proferido na festa do Centenário da casa – 2001), e tantas outras partículas constituintes deste “conjunto de estudantes vivendo em comunidade doméstica”,<sup>3</sup> porque todas se podem conjugar com a diversidade social, com o perpétuo, polissémico e imparável mundo social.

Esta reflexão foi alimentada pelas representações de que os antigos palacianos são portadores, que têm de si próprios.<sup>4</sup> Maffesoli considera-as “belas histórias” que se contam e que estruturam o desenvolvimento individual e colectivo (1985: 73): “servem de contraponto, de músicas de acompanhamento à sinuosa deambulação da existência humana” (*ibidem*).

As questões da subjectividade / objectividade que este tipo de registo comporta merecem aqui um apontamento, mesmo que breve: trata-se de uma leitura em que assumidamente se pretende privilegiar o ponto de vista dos (antigos) repúblicos, “matéria bruta” que não dispensou articulação e análise cruzada da informação. Dando aos inquiridos um espaço na construção das explicações, das interpretações,

---

<sup>2</sup> Os contextos em que os actores sociais – uma fatia de coetâneos – se moveram nessa década são também históricos. A correspondência microcosmo / macrocosmo não deixa de se exprimir.

<sup>3</sup> De acordo com o *Código da Praxe*, de 1957.

<sup>4</sup> Dito de outra forma, e citando Goethe, “ninguém pode julgar a história a menos que a tenha vivido”... (Re)fazer a memória das vivências e das experiências foi tornar os inquiridos, conscientemente, fontes de informação.

optámos por não os encarar como sujeitos passivos. Assim, apelámos conscientemente à subjectividade dos actores, “conferindo-lhe estatuto no documento em vez de a expulsar como resíduo” (Fernandes, 1998: 53), reconhecendo aquilo que “precisamente os institui como sujeitos psicológicos: a sua individualidade e a sua subjectividade” (*ibidem*).

Do cruzamento das várias memórias pessoais esperava-se a construção da narrativa de uma comunidade, um texto colectivo, um *puzzle* hermenêutico. Nesse ponto, parece-nos que esse olhar proporcionou ganhos palpáveis.

As Repúblicas de Coimbra têm sido encaradas com alguma frequência como objectos de estudo reputados de “menores”, de “frívolos”, mesmo de “obscuros”: espécie de composto sem partes, corpo sem cabeça ou terreno baldio (ou não houvesse tanto por desbravar) de sombras longas, mão cheia de nada. Assim, sobre este assunto, os estudos não abundam, incompreensivelmente, dada a pertinência e o interesse do tema, podemos afirmar agora (e *a posteriori*,...). Nestas matérias, como noutras, não faltam desacordos, mas a travessia de uma zona de semi-indizível – ou melhor, de “quase não estudável” – proporcionou-nos o júbilo do encontro com o tempo da História e com o “tempo” dos dias do Palácio da Loucura nos anos 60.

Contudo, descendo a uma escala analítica micro, como foi nossa opção, foi analisada somente uma área delimitada de uma “galáxia” complexa. O estudo de outras Repúblicas em particular, e uma subsequente perspectivação, possibilitaria o confronto com outros microcosmos, confirmando (parece-nos) a forte suspeita de estarmos em presença de uma homologia.

Em algumas comunidades essa homologia poderá ter uma presença mais vinçada. Não caberia aqui averiguar as formas de “saber viver”, de “saber fazer”, de “saber dizer” que em outras comunidades congêneres se terão forjado, porém, no cruzamento de interpelações e ecos, há razões que nos permitem falar da presença de afinidades e efeitos multiplicadores, que nos permitem afirmar que em todas elas poderíamos encontrar pontos de similitude do essencial, referindo-nos às atitudes minúsculas que são o fundamento da vida de todos os dias: “inúmeras atitudes significantes que são os rituais quotidianos, as práticas anódias de habitar, deambular, cavaquear, amar, manha, etc., que constituem o essencial da trama social” (Maffesoli, 1985: 122).

Se as sociabilidades indiciam “características dos sistemas de disposições daqueles que procuram e mantêm os relacionamentos” (Costa *et al*, 1990: 200), em simultâneo elas também contribuem para a estruturação e reestruturação desses sistemas, enquanto que as redes de comunicabilidade e de influência “produzem sociabilizações colectivas, geram e permitem a formação e a partilha de valores, de representações, de tipos de comportamento” (*ibidem*).

### Ser estudante na “terra dos doutores”

Nos anos 60 – como hoje – os repúblicos das várias casas representavam uma pequena fatia do “estudantado” (masculino, pois) de Coimbra, a mítica cidade dos estudantes, do Mondego, do fado, dos poetas, com as suas tradições, ritos, símbolos e “relógios” próprios, campo de representações, espécie de “estufa” dos estudantes (como lembra a longa-metragem de Raquel Freire, *Rasganço*), plasmada de mitos e verdades.

Correndo o risco da generalização, podemos dizer que era esta a construção da imagem de Coimbra: espaço de quimeras, de guitarras a gemer às tantas da noite, de ceias alternadas com zaragatas, de malícias irreverentes, de espírito brincalhão e folgazão dos – quase lendários – estudantes *blagueurs*, de esquinas batidas pelo luar, dos amigos inesquecíveis, também dos primeiros amores e, enfim, de um sem-número de outros elementos que, ao longo dos tempos, foram povoando e alimentando (porque reproduzindo) imaginários.

A mística universitária que caracterizava Coimbra – espaço onde os estudantes experimentam práticas de sociabilidade específicas – deu um vigoroso contributo para a produção de uma homogeneidade estudantil, forjada na interacção entre a Academia e o meio social.

Mas, na verdade, em cada nova “fornada” de estudantes que “desaguava” em Coimbra havia uma variedade grande de características sócio-culturais, de diferenças que iam do aspecto educacional, económico, familiar, à extracção social, passando pela trajectória de vida. Tecido contraditório, heterogéneo, “cúmulo e subtracção de diferentes e iguais, engenharia de diferenças” (Carvalho, 1990: 341). Anualmente, assistia-se à renovação do tecido estudantil coimbrão, com o ritmo das entradas e das saídas dos seus membros.

E, de facto, havia no corpo estudantil *habitus* bastante dissemelhantes. Todavia, as inegáveis heterogeneidades esbater-se-iam na cumplicidade da partilha de uma autonomia sem responsabilização, da emancipação cultural, da disponibilidade para as sociabilidades e para os prazenteiros momentos dos festejos iniciáticos.

Chamemos-lhe tempo de excepção permissiva: tempo de autonomia psicológica, de catarse, de aventura, de descoberta de uma vida de independência da malha familiar.<sup>5</sup>

As afinidades (presentes nas redes de sociabilidades estudantis) conferiam unidade à juventude universitária de Coimbra, deixando descortinar a existência de um “espírito de classe”.

---

<sup>5</sup> Ou, pelo menos, de distância, pois do ponto de vista económico essa dependência mantinha-se, através dos valores pecuniários enviados pelos pais (em regra), para fazer face às despesas formativas, escolares e lúdicas.

Depois, em geral, os cidadãos (os residentes permanentes) eram tolerantes e respondiam com um alto nível de condescendência aos comportamentos estudantis, associando comumente a uma imagem de boémia salutar e inofensiva os rituais de convívio dos “doutores” – e diríamos “doutores em estado embrionário”, ou não tivesse sido o “canudo” o *leitmotiv* que os conduziu à “terra dos estudantes”, espécie de “passaporte” para o mundo da excelência social (ser ou não ser estudante) –, onde se antevia um estado transitório, de passagem.

Recordem-se as esferas de acção mútua: afinal havia uma forte dependência – tanto a nível económico, como a nível social (até pelo emprego que a instituição universitária criava no contexto das actividades produtivas) – da cidade com os seus estudantes e respectiva tradição. Motivos de conveniência, em última instância, davam lugar a este acolhimento: a Universidade era um universo concentracionário, à sua volta tudo acontecia, o que permite compreender a presença de um estatuto elevadíssimo da condição juvenil na sua “versão coimbrã”, como observou Elísio Estanque (1989/190: 24): “direitos de adulto com deveres de adolescente”.

“A um estudante nada se negava”, é traço comum nos depoimentos que colhemos, na esteira do ditado – “quem tem capa, sempre escapa”. Também por isso eram os “desvios” consentidos, longe de serem encarados como comportamentos desviantes – o “tira e leva para casa”, pequenos roubos específicos, porque levados a cabo por divertimento, na procura de uma demonstração de vitalidade, da diversão, do lado festivo a que a juventude, essa fase da vida, se permite. Também por isso a fuga aos credores fazia parte do mítico dia-a-dia estudantil da Coimbra de então. Longe da família, o estudante, envolvido nos consumos que a boémia acarretava, servia-se da “lábria”, da técnica do “desenrasque”, como expedientes para fazer frente às solicitações quotidianas.<sup>6</sup>

Era uma das “discriminações positivas” de que os estudantes de Coimbra gozavam. Recorde-se como os proprietários das tabernas mais populares, cafés e leitarias (entre o “estudantado” masculino, naturalmente) consentiam esta conduta, muitas vezes legitimada pelo “livro de fiados” (os *canis*, como eram conhecidos no historial académico), de contas acumuladas ao longo dos anos de matrículas na Universidade, e liquidadas, em muitos casos, apenas quando se ocupasse o *status* previsto, com o exercício de uma profissão.

---

<sup>6</sup> A ideia está presente, aliás, no “lema” do Palácio – “Nunca tão poucos deveram tanto, a tantos” – e também no hino da casa – “Diplomatas c’os credores até mais não, / A todos vamos levando, / E é por essa razão/ Que sem gastar um tostão, / A vida vamos gozando”.

“Diplomatas”, pois os caminhos destes expedientes não dispensariam a aplicação de capacidades oratórias; e, mesmo com “credores até mais não”, afirma-se que “a vida vamos gozando”, pois esse alto estatuto que usufruíam na cidade lhes permitia, mesmo na apologia da “tesura”, uma vida despreocupada, com a presença de valores hedonistas.

Aceitação, tolerância, resignação – tudo fazia parte do acolhimento com que os “doutores” de Coimbra eram brindados.

Depois, interessa ainda sublinhar que a relação entre o múltiplo e o uno pode ainda encontrar no seu centro a palavra Coimbra, cidade particular, cujo ambiente humano aparecia moldado em conformidade com o universo estudantil, muito pela organização dual do espaço físico: Alta e Baixa, mundo escolar e mundo laboral, “doutores” e “futricas”, se quisermos fazer uso da gíria coimbrã. No cimo da colina, a Universidade impõe-se aos olhos, dominando geográfica e também simbolicamente – “alto lugar, alto saber, alto poder” (M. Cruzeiro, 1992:532).

Mais: o sentido colectivo, a identidade cultural própria dos jovens estudantes de Coimbra, poder-se-á igualmente ligar às suas raízes geográficas: na sua maioria eram extraídos de zonas rurais, da “província”, e na “cidade dos estudantes” – e na sua textura sociológica – encontrariam relações colectivas e vida comunitária com alguma proximidade dos seus modelos de origem (Estanque, 1989/1990:24).

Num outro enfoque, os mais “urbanos”, uma minoria<sup>7</sup> (provenientes de Lisboa ou do Porto) seriam também sensíveis às características de pequena comunidade da cidade, deixando-se atrair pelo “calor humano” da sua vida colectiva e por toda uma ambiência de rua facilitadora do domínio dos espaços públicos.

A “estudentada” tomava conta de Coimbra que, tanto pelas suas dimensões, como pela sua forma, se prestava facilmente a uma assimilação: a tradição universitária misturava-se com a vivência da cidade que acompanhava o estudante 24 horas por dia, e também com o “ócio útil, bebido e conversado”, na expressão de Louzã Henriques (1991: 354), palaciano que considerámos *sui generis*, (porque nunca viveu na República, embora fosse “da casa”).<sup>8</sup>

Nos anos 60, a multiplicação das interacções em muito se deveria ainda às constantes deslocações a pé, dada a proximidade dos espaços públicos que constituíam os centros de vitalidade social. Depois, os pontos de referência do campo das práticas de consumo, os locais de encontro – que, no quotidiano, estavam preenchidos de rostos familiares, proporcionando o (re)conhecimento – eram reduzidos (poucas alternativas havia), o que permitia aos actores a identificação dos seus “cúmplices”, saindo reforçados, desta feita, os sentimentos de pertença e identificação com o colectivo, a coesão e, bem assim, o espírito comunitário.

<sup>7</sup> 73% dos alunos (de origem geográfica dispersa) vinham da “província” – sob esta designação se engloba a totalidade dos distritos do país (continente), com a excepção dos de Lisboa e do Porto.

<sup>8</sup> É considerado palaciano (aliás, palaciano vitalfício), apesar de ter vivido intermitentemente nos “reais paços”, pois a sua família nuclear residia em Coimbra. Ainda estudante do liceu – “bicho”, na gíria estudantil da cidade – conheceu o Palácio da Loucura. A guitarra terá funcionado, na sua análise, como “passaporte académico”. Deteve (detém?) um estatuto especial na comunidade que estudámos. Se bem que, em termos geracionais, se encontre mais próximo dos repúblicos que saíram por volta de 1962, constatámos que a sua presença e também a sua influência atravessaram a década de 60.

## Olhar as Repúblicas

Os estudantes da Universidade de Coimbra, uma multidão de jovens – na sua generalidade entre os 17, 18 e os 25 anos –, eram os que, durante o ano escolar, em menor quantidade habitavam com a família. Com tamanha população flutuante, o alojamento seria uma das grandes questões a resolver aquando da admissão na Universidade de Coimbra.

As Repúblicas constituíam outra forma de habitação dos jovens universitários, para além do recurso a quartos arrendados, em casas de família, em residências, em lares. Melhor: de alguns estudantes, e a correcção deve-se ao facto de aí se alojar somente um pequeno número de elementos do corpo estudantil coimbrão. Basta observarmos que, à entrada da década de 60, existiam dezoito Repúblicas (destacamos as oficializadas), e que cada uma destas albergaria entre oito a doze estudantes.

Contudo, as Repúblicas pertencem, indubitavelmente, ao mítico universo da cidade de Coimbra. Num sem número de publicações elas são apresentadas como elementos de forte identidade académica, berços do romantismo boémio, únicos em originalidade e irreverência, grandemente responsáveis pelo ambiente *sui generis* da cidade. Resumindo: autênticos postais turísticos.

Este alojamento comum assentava em princípios de autogestão, permitindo ainda aos jovens minimizar os encargos económicos. No entanto, não seria esta a razão principal que os conduziria à escolha deste alojamento. O “útil e o agradável” é binómio que bem poderia servir para caracterizar a motivação conducente a esta opção de alojamento.<sup>9</sup>

Quanto à designação “república”, poderá significar “coisa pública” (o que é de todos...), fazendo apelo ao sentido de comunidade, e não à acepção política, mas não deixa de ser curiosa a utilização de tal substantivo ainda nos tempos da monarquia, quiçá uma forma irónica de contestar o poder estabelecido, e bem assim o qualificativo “real” que lhe é adscrito e que se mantém mesmo após o 5 de Outubro de 1910. O paradoxo constituído pela colocação, lado a lado, de “real” e “república”, termos relativos a dois regimes políticos diferentes, para a caracterização de uma mesma instituição, será intencional, deliberado. É que nestas comunidades a semântica nem sempre era transparente, o toque de humor não se separava do manuseamento da palavra.

Aliás, outra mostra de irreverência, excentricidade e picardia está presente nas próprias designações das Repúblicas: muitas são verdadeiros gritos de boémia, outras de irreverência, outras bem próprias do universo masculino. A paródia, o gozo

---

<sup>9</sup> Porém, na origem remota da criação destas comunidades é comum encontrar-se a minimização dos encargos financeiros, que seria, de facto, apelativa.

crítico, a troça, que perpassam a floresta de lugares comuns do conjunto de singularidades dos estudantes de Coimbra, encontravam terreno fértil nas Repúblicas.

Autogestão e democraticidade são frequentemente apontadas como as “traves mestras” que suportam estas comunidades, sendo a primeira justificada pelo poder de decisão que os seus membros detêm no que respeita à sua maneira de viver, organização, nível e distribuição das despesas; democraticidade, porque o debate é o ponto de partida (com subsequente votação) na resolução dos problemas que forem surgindo, estando os repúblicos “abrangidos dentro de cada casa por tratamento equitativo, com possibilidade de escolher e ser escolhido para as tarefas em que for caso disso” (Namorado, 1966:2). Um hábito, “para além de ser um valor” (*ibidem*).

Da plena autonomia e autogestão destas comunidades, em suma, da sua organização interna, fazia parte a divisão das tarefas, os “Ministérios”, variando ao ritmo da criatividade dos elementos das várias casas. Quem os desempenhava era chamado “Ministro de...”, título que, novamente, comporta em si uma transfiguração irónica da realidade, mais uma vez envolta na irreverência inseparável do universo das Repúblicas.

Este modelo de organização doméstica foi destacado em grande parte das entrevistas, encarado como importante e remetido para o eixo semântico das aprendizagens, como um saber próprio que a experiência proporcionaria, prática com valor de ritualidade, desta vez de transição para a vida adulta. E sempre pela paródia, parecendo aligeirar o desempenho das funções de organização da casa, rotineiras, sim, mas em nada desprezáveis.

Outro aspecto digno de interesse é o que se refere à aplicação da praxe nas Repúblicas: o *Código da Praxe* (de 1957) institui-as como lugar privilegiado da sua aplicação, com poderes únicos e importantes aspectos de privilégio.<sup>10</sup> O papel que lhes foi atribuído parece ser o de “guardiãs” das exigências praxísticas.

É que em Coimbra, quando se refere tradição, vem à baila a palavra “praxe”, que tinha um destacado papel numa instituição como a Universidade de Coimbra, vincadamente tradicionalista, ciosa dos seus pergaminhos de antanho, da sua dignidade ancestral, com sentido de memória de grande força.

O processo apresenta uma característica específica que é a produção da distinção socialmente significativa, a produção da diferença: a divisão social entre estudantes e “futricas” (designação atribuída à população não estudantil de Coimbra) caracterizava fortemente a cidade.

---

<sup>10</sup> Observe-se que, para além da rua, debaixo de tecto, a praxe podia ser exercida apenas nas Faculdades, na sede da Associação Académica de Coimbra (AAC) e nas Repúblicas.

Por outro lado, Maria Eduarda Cruzeiro, que analisou detalhadamente a evolução e as alterações que se verificaram nos comportamentos vivenciais da comunidade universitária,<sup>11</sup> e cujo trabalho de investigação nos parece incontornável para equacionar as “coisas de Coimbra”, sublinha que à praxe se atribuem funções específicas de integração e conservação institucionais: “as praxes são o que é, como deve ser, de acordo com o que sempre foi” (M. Cruzeiro, 1990: 50). Em suma, formas presentes de estruturas passadas, práticas sociais que representam a expressão privilegiada da tradição, fazendo a sua manutenção (conservação institucional) e caracterizando distintamente a sete vezes secular instituição universitária de Coimbra, em relação às suas congéneres (1979: 801).

A praxe, entendida como práticas<sup>12</sup> sociais recorrentes e codificadas (realizadas frequentemente em condições de cerimonial), conjunto de regras consuetudinárias da Academia coimbrã, teria como função preservar a identidade de uma comunidade diferente, lançando mão de ritos e de formas próprias. Mas poderá ainda ser encarada como “um acto de aprendizagem, um processo de aculturação, a que não falta, por vezes, uma certa dimensão pedagógica”, no entender de Carvalho Prata (1993: 175), que a identifica como força integradora do caloiro (o seu núcleo) na sociedade académica. Constituía uma forma de aprendizagem do valor da hierarquização do todo social. E, ao mesmo tempo, de “aprendizagem dos lugares de comando”, tão adequada ao “exercício do poder, dos poderes” (M. Cruzeiro, 1986: 24).

Quanto às Repúblicas, encaradas como bastiões da praxe, contribuíam “utilmente” para esse processo, porque acérrimas defensoras do seu cumprimento. Por exemplo, somente aí se podiam realizar “julgamentos”, actos solenes suscitados pela mínima coisa (ou até por coisa nenhuma...) que no caloiro desagradasse aos “doutores”.<sup>13</sup> Destaca-se também a permissão para conceder *salvus conductus* e para passar *mobilizatus documentum* (apenas os membros de uma República estavam autorizados a mobilizar caloiros,<sup>14</sup> com antecedência não superior a oito dias), estratégia conducente ao recrutamento de novos elementos para a comunidade. Havia ainda as praxes internas, que variavam de comunidade para comunidade, mas todas comportariam expressões iniciáticas.

---

<sup>11</sup> Privilegiando nessa análise o sistema de práticas que é o folclore estudantil, na segunda metade do século XIX.

<sup>12</sup> Praxe, etimologicamente, significa “prática”.

<sup>13</sup> O caloiro podia ser acusado, entre outras coisas, de ter morto a própria sombra...

<sup>14</sup> “Mobilizar” consistia em convocar (dado o seu carácter de obrigatoriedade) um novato para a República, tendo este que cumprir as tarefas bizarras que lhe eram dadas, nessa relação singular de autoridade/subordinação.

### Entrar nos “reais paços” do Palácio

Era, sobretudo, com recurso às mobilizações de caloiros – súbitos “outros” que era necessário avaliar/testar –, que não tinham número limite (podiam passar quantos *mobilizatus documentus* quisessem) – que a comunidade era renovada, sobretudo por ocasião dos Centenários, as festas maiores das Repúblicas,<sup>15</sup> realizadas anualmente.

Tal estratégia resolvia um problema logístico: eram esses jovens a “mão-de-obra” (gratuita, pois) utilizada para fazer o serviço à mesa, possibilitando aos da casa “estar em convívio com os Antigos,<sup>16</sup> se não podia perder-se o fio condutor” (palaciano 1961-63).

Os caloiros, novíssimos elementos da Academia, eram o garante da continuidade das Repúblicas, preferidos aos que já tinham anos de frequência da Universidade, pois a estadia destes últimos previa-se temporalmente mais reduzida.

Por outro lado, o conhecimento (ou amizade) de possíveis candidatos a repúblicos, capazes de satisfazer os requisitos, nomeadamente de pessoas com o mesmo local de origem geográfica (por exemplo, antigos colegas do Liceu), ou que frequentassem o mesmo curso universitário (situação menos frequente), era outra forma de angariação – referindo-nos aos mecanismos simbólico-cognitivos de adaptação, negociação, selecção, filtragem, em suma, de significados.

Falamos nos processos de inclusão/exclusão. São os *habitus* que determinam as inclusões e as exclusões territoriais, uma vez que “criam afinidades e as afinidades criam aproximações e as aproximações processam-se em cenários de interacção determinados” (Lopes, 1997: 172).

A Real República Palácio da Loucura, apesar de toda a margem de liberdade que, aparentemente, os jovens aí poderiam desfrutar, não seria uma paisagem de desordem convidativa à escolha do sentido que lhes aprouvesse. Assim, a participação no grupo comportava a aceitação tácita dos hábitos do grupo, dotando a identidade de coerência, a nível interno.

Tudo começaria, claro, logo no recrutamento. Os repúblicos, residentes no momento de admissão dos novos membros, tratavam de ver se tinham “espírito para se enquadrar na casa, para aguentar as coisas” (palaciano 1961-63) – para “aguentar”, nomeadamente, a crítica, o humor, a troça. Destaca Archer de Carvalho (1990: 339) que a troça “representa a demarcação de um *status*, obrigando, por tal, a ritos de iniciação (ou de exclusão) nesse estatuto, fielmente preservado”.

<sup>15</sup> A utilização do plural pretende recordar a sobreposição de homologias que já sublinhámos.

<sup>16</sup> Designação que os repúblicos ganhavam a partir do momento em que deixavam a comunidade.

A aceitabilidade grupal, era condição *sine qua non*. O sim ou o não no processo de entrada de novos palacianos aparece como decisão do grupo. Aliás, existia o direito de veto, que podia ser usado por qualquer um dos repúblicos...

Começava o ritual iniciático, com provas e desafios, implicando a propensão da comunidade para um certo fechamento, espaço social selectivo, insinuante, ora implícito, ora explícito.

Anteriormente, nos anos 50, era durante um jantar nos “reais paços” do Palácio da Loucura que “o seu espírito era posto à prova” (palaciano 1945-53), num verdadeiro exame oral: altura para verem “como reagia às piadas”, se “sabia contar anedotas”, se tinha “jeito para falar” (*ibidem*). Se aprovado, daí a dias voltava a ser convidado. Desta vez tinham lugar as “provas físicas”, concretizadas numa “ida às galinhas”.<sup>17</sup> Se o comportamento do candidato satisfazia nas provas – uma física, outra oral –, e se ninguém vetasse a sua entrada, era convidado para membro da República – e “quase sempre aceitava” (*ibidem*).

A esse respeito, não detectámos muitos elementos de novidade na transição para o decénio de 60: o quadro do apuramento de requisitos sofreu alterações pouco significativas – mantendo-se as ditas “provas orais”, enquanto que a avaliação das “físicas” foi desaparecendo ao longo da década.

Mais do que uma passiva aceitação de normas, condutas e valores hetero-impostos, aquando do seu recrutamento, os futuros repúblicos revelariam uma predisposição para aquela vivência, conjunto de práticas quotidianas que se encarregariam de “limar arestas” discordantes. E nem todos eram considerados “fadados” para aquela forma de alojamento específico.

Por último, como havia uma praxe interna, depois de quase um ano de adaptação (ou melhor, adaptações), tinha lugar a oficialização da aceitação do novo membro da comunidade palaciana: entre grande pândega, fazia-se o exame oral.<sup>18</sup> Até lá o estatuto revestia um carácter provisório, enquanto os demais observavam “se aguentava a pedalada da casa” (palaciano 1966-70).

Competência verbal, capacidade de resistir à chacota colectiva, descontração e desenrascanço, humor, piada e espírito crítico, vivacidade na resposta, técnicas de *savoir faire* e de *savoir vivre* entre os demais, tudo era posto à prova na passagem essencial a “louco”...

<sup>17</sup> Os assaltos aos galinheiros eram prática comum no universo das Repúblicas. E havia quem “guardasse melhor as galinhas do que as próprias filhas” (palaciano 1960-66).

<sup>18</sup> O exame tinha lugar, normalmente, em Novembro do ano seguinte. Esta prova terá caído em desuso por volta de 1967.

## Aprender para tudo

No Palácio da Loucura detecta-se a construção de um corpo individualizado, particularizado, com linhas culturais e características muito próprias da cultura juvenil. A vivência do período de excepção permissiva (que atrás assinalámos) seria, nas Repúblicas em geral, fortemente reforçado por um aspecto que consideramos importante: eram espaços bem identificados, eram uma espécie de enclaves preservados. Aos repúblicos seria assegurada alguma protecção contra o mundo exterior. Assim, além de livres dos constrangimentos familiares, as sociabilidades juvenis desenvolviam-se longe de outras intrusões: “acobertar”, “acantonar” e “entrancheirar” são alguns exemplos de verbos utilizados pelos nossos protagonistas que indicam um domínio sociabilitário mais protegido (de exclusiva pertença juvenil masculina).

As Repúblicas aparecem, no discurso dos inquiridos que desenvolveram sociabilidades nesse mesmo “palco”, como comunidades estimuladoras da aprendizagem (a nível pessoal e social), em relação de grande proximidade com o respeito pelo *nomos*, conjunto de normas e regras – definidas tácita ou expressamente – partilhadas através da interacção, da experiência e da negociação pelos actores envolvidos. As normas fabricam modos de vida, relações de pertença, identidades.

Conviver, no Palácio como noutras Repúblicas, era resistir à chacota, ao gozo colectivo, à troça que podia surgir ao mais pequeno deslize (com o conseqüente gargalhar). Todavia, se o modo de comunicação era rotineiro, a sua finalidade não se limitaria apenas a rir e a fazer rir. O fundo era lúdico, mas o objectivo era “fazer homens sem pêlo, desinibidos” (expressão que ouvimos com alguma frequência), hábeis no jogo da vida, de que a verbalidade é um aspecto. Neste tipo de comunidades impunham-se, de maneira informal, provas, comportamentos, “partidas”, exigindo-se aos recém-chegados atitudes particulares, porque concordantes com o *habitus* da comunidade.

Poderemos chamar-lhe um estilo convivial típico destas comunidades, muito marcado pelo confronto verbal, pela discussão, mas também pela paródia (que retoma o modelo para o ir eliminando e esvaziando e jogando com a ambigüidade dos sentidos...) e pelas “partidas”, algumas até de enorme crueldade, vistas agora, à distância, por alguns actores sociais envolvidos – o chamado “ostracismo” serve de exemplo, a segregação de um indivíduo da esfera da vida diária foi apresentado quase como um conjunto sádico de atitudes, humilhações e provações, cuja finalidade seria o ensino da resistência: “quando um tipo dava ao flanco, era massacrado, atingia quase a crueldade” (palaciano 1960-66), “elegíamos com quem e depois era como se essa pessoa não existisse” (palaciano 1963-69a).

Em todos os depoimentos aparecem situações de “partidas” e de gozo, que seria, a maior parte das vezes, crítico, esmiuçando o que era considerado “defeito”,

mas nem sempre, pois os pretextos podiam surgir a qualquer momento, quando e de onde menos se esperava, jogo armadilhado no cenário do imprevisto.

A “pedra de toque”, porque a mais enfatizada pelos entrevistados, é a aprendizagem, que não se encontra ao arrepio da criação de valores. Para além disso, a importância do conhecimento (no sentido mais geral) era veemente apreciada. A título de exemplo, podemos referir um episódio relativo àquele que foi unanimemente considerado o actor social mais urbano do Palácio dos anos 60: aquando da sua chegada à comunidade, alardeando o conhecimento pessoal de um conceituado guarda-redes da época, foi confrontado pela desdenhosa reacção da “rapaziada”, que terá retorquido a tal fanfarronice: “então e Sartre, já leste? E Boris Vian, conheces?” (palaciano 1961-63).<sup>19</sup>

O verbo aprender, usado na primeira pessoa do singular, foi largamente apresentado na totalidade dos depoimentos que registámos, que aqui não caberiam: “aprendi a dividir o bife”, “aprendi a comer bife de cebolada sem bife”, “aprendi a ser homem”, “aprendi a dar valor aos outros”, “aprendi a aguentar a tropa”, “aprendi o gosto da brincadeira e das coisas gratuitas”; “aprendi a limar os vícios”; “aprendi a ouvir os outros”; “aprendi a viver no colectivo”; “aprendi na relação com as pessoas”; “aprendi para tudo”...

A vertente convivial, a brincadeira, a piada mordaz, o discurso, o exagero crítico, as “partidas” – pregadas sobretudo aos amigos<sup>20</sup> – a comunhão das arrelias e das alegrias, os lazeres e as boémias, as inquietudes, o treinamento para a vida “à séria”, permitem-nos encontrar neste Palácio um contexto propício à interiorização de normas e de valores, espécie de escola privada dos que de Coimbra levaram uma lição.

Dos valores mais referidos no processo de aprendizagem que esta *jeunesse doirée* sofreu, sobressaem a solidariedade, a amizade (por vezes referida como irmandade), a partilha e a comunhão, a transparência, a honestidade e a lealdade – “não passar rasteira” (palaciano 1962-66) –, a entrejuda e a cumplicidade.

Admitimos que a entrada na comunidade incentivasse a redução do individualismo e o movimento da relação com o Outro. Veja-se este traço de um testemunho: “alguém lhe contou, por exemplo, que o ‘x’ esteve um ano no Palácio sem praticamente receber mesada dos pais, e que isso era tão natural como bebermos um copo de Pinhel?” (palaciano 1960-66).

<sup>19</sup> Aliás, a sua falta de informações acerca da ruralidade conduziu a várias “partidas”, tratando os companheiros de lhe “ensinar” que os testículos do galo se localizavam por baixo do bico do animal... Esta brincadeira é ainda hoje recordada por ocasião do Centenário da casa (no último – 5 de Abril 2003 –, dia do aniversário deste protagonista, foi-lhe oferecido um bolo com a figura de um galo com os testículos debaixo do bico).

<sup>20</sup> E “era através delas que as pessoas iam ‘tirando o ‘pó’, como se dizia, se iam enquadrando, enturmando” (palaciano 1966-70).

Destes valores, a totalidade dos actores sociais vincaram ainda a sua inculcação e, daí, os efeitos de durabilidade desse processo, a ponto dos actores reconhecerem ter sido moldados na “atmosfera” da República. “Eu sou o Palácio, sou o que lá aprendi” (*ibidem*) parece-nos o exemplo que melhor metaforiza<sup>21</sup> essa vivência de formação que se transporta, como que sobrevivente e intacta, para a vida. Como se estas formas de vida (de formação e modelagem dos indivíduos e das suas relações) tivessem conduzido à aquisição de fórmulas de vida. Como se o que viveram perdurasse no modo como aprenderam a dizer que vivem. Para todos parece esse tempo ter ficado fortemente vincado na maneira de valorar, de orientar a acção.

O *Livro das Calinatas*, “Edições Palácio da Loucura”, de 1972, para além de corresponder a uma vontade de registo do património comum, apresenta a inventariação das marcas de posse que as várias gerações de palacianos foram produzindo: “as coisas insensatas e tolas que nós dizíamos”,<sup>22</sup> como nos resumiu um dos inquiridos (palaciano 1963-69a). O registo das “calinadas” que saíam das bocas dos palacianos directamente para as paredes da sala<sup>23</sup> dá conta da importância que se atribuía ao conhecimento, no seu âmbito mais geral: para se captar o erro era necessário saber-se, por exemplo, onde se situa Timor (“Timor fica na China”), ou o que é um sedentário (“Sedentário é um gajo que só tem uma mulher”), ou que a modéstia é importante, ou, pelo menos, que a vaidade é criticável (“Aos dezasseis anos eu já era um gajo bom”).

A captação do disparate e do deslize, proporcionadora da expansividade juvenil, é igualmente reveladora da importância atribuída ao conhecimento nas suas várias acepções, e do funcionamento colectivo, com os seus ruídos, espalhafatos, interjeições e gargalhadas.

Cenário de aprendizagem e enriquecimento cultural, também de dotes de invenção, desenvoltura de acção, engenharia de táticas e jogadas, desenrascamentos, mas igualmente de hierarquias e não-autoritarismo, etiquetas e cerimoniais do grupo – como bem ilustram rituais como o Dia da Esmerada Educação e o Dia do Francês.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> Como defendeu o semi-heterónimo pessoano, Bernardo Soares, “há metáforas que são mais reais do que a gente que anda na rua”...

<sup>22</sup> Frase mal construída, erro de conteúdo, troca de sílaba, manifestação de ignorância, pequenas distrações no domínio da oralidade, tudo caberia neste espaço de afixação pública do disparate.

<sup>23</sup> A sala, mais do que os quartos, era a matriz que promovia o(s) encontro(s), a brincadeira, a discussão, todo o sistema de interacções sociais: espaço físico transformado em espaço social, através das práticas quotidianas. Observe-se que todas as pinturas, as dos quartos igualmente, correspondem a um desejo de comunicação, remetendo para as realidades vivenciais do meio envolvente dos actores sociais e da textura dos seus quotidianos.

<sup>24</sup> Às quartas e sextas-feiras, respectivamente. O primeiro destes dias com “D” maiúsculo era o momento em que os repúblicos exercitavam o nível de língua cuidado, recuando anos e anos no tempo e fazendo a introdução no seu campo lexical de termos cuidados e até de arcaísmos. Também a escolha da sintaxe – mais restrita do que na linguagem quotidiana – era marca distintiva do ritual. Era um dia de cerimoniais, vénias e

Podemos igualmente exemplificar com a já referida passagem dos caloiros da Real República Palácio da Loucura a “doutores”, que implicava a defesa oral de temas desconexos, ritual de passagem que resistiu até quase ao final da segunda metade do decénio de 60, vindo ainda dos primitivos “paços” da Rua das Flores, na Alta de Coimbra. E, continuando no nível da praxe interna, também o “rapanço” podia comportar ensinamentos – por exemplo, a um caloiro palaciano que assumia radicalmente a sua posição anti-clerical fizeram um “arranjo” original, deixando-lhe um penteado à “Santo António”, com uma clareira no cimo da cabeça. De novo o humor, a troça colectiva, o “ai és assim, então já tratamos de ti”... Era, enfim, uma provação que pretendia identificar “desafinações” (que também o processo de produção/circulação das alcunhas comportamentais tão bem ilustra).

Podemos ainda referir-nos às maiores festas rituais das Repúblicas (e o Palácio da Loucura não constitui excepção): os Centenários,<sup>25</sup> rito fixado pelo calendário, estacional e também rito de união, consistindo em diversas acções simbólicas, das quais destacamos os actos de comer juntos, beber juntos, cantar juntos, contar juntos, recordar juntos – aspecto que revestia importância fundamental na configuração da memória comunitária (nomeadamente o que se seleccionava, simbolicamente ou não, e induzia<sup>26</sup> para ser lembrado na comemoração) reveladora da pertença ao grupo. O próprio festejo das pessoas participantes faria parte das comemorações: pelo que eram e pelo que tinham sido enquanto repúblicos, pelo que criaram, pelo que produziram. A respeito da festa, afirma Dulce P. Guimarães (1992: 184): “objectiva fortalecer a identidade dos grupos sociais envolvidos, buscando realimentar em seus participantes o sentimento de ‘fazer parte’ dessas comunidades produtoras”, lembrando pioneiros, fundadores, fundações.

A preparação do Centenário envolvia a totalidade dos elementos da casa,<sup>27</sup> “para que nada faltasse aos velhinhos” (palaciano 1961-63), aos chamados Antigos,

---

salamaleques, expressões pomposas, acompanhadas, por vezes, pela capa caída dos ombros. Todos eram detentores de um título, heráldica brincalhona animada por snobismo social (fantasioso, pois). Em exercício de vigoroso comportamento verbal e não verbal, simulavam-se posições e estilos de vida. A cultura república seria, neste como em outros momentos, uma caricatura da cultura erudita, assistindo-se – através do “efeito-espelho” – ao treinamento da identidade para que se preparavam, mesmo através destas extravagâncias da performatividade.

<sup>25</sup> A justificação do nome “centenário”, deliberadamente exagerado, é também indiciadora da importância atribuída pelos repúblicos às suas vivências nestas comunidades. Todas as Repúblicas utilizam esta designação para referir o aniversário da fundação da casa. Reivindica-se, com esta dilatação hiperbólica do tempo (como se o calendário gregoriano não contasse), a indiscutibilidade das aprendizagens que nestas “escolas da vida” tinham lugar. Um ano “dentro” de uma República equivaleria a cem anos “fora” da República, premissa aceite de maneira dogmática, pois.

<sup>26</sup> Referindo-nos aos aspectos conservados, restaurados, ou ocultos.

<sup>27</sup> Primeiramente, elaboravam-se as convocatórias, utilizando o papel de carta da República, ladeado pelas respectivas medalhas e prémios da casa. Eram missivas engraçadas, com a presença de versalhada, arrebiques, imaginação e solenidade.

todos os elementos que deixaram de viver na República, independentemente das suas idades.<sup>28</sup> Todavia, muitos desses elementos seriam, sem dúvida, de uma faixa etária diferente da dos residentes, e se as sociabilizações endogrupais são fundamentais, interessa igualmente fazer referência à sociabilização contínua – que tem lugar quando “sem grandes fricções, os jovens são socializados segundo normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas” (Pais, 1993: 39) – que o encontro com os Antigos proporcionava, pelo menos anualmente.<sup>29</sup>

Estes elementos, respeitados, ouvidos e prestigiados, contribuía para o processo de sociabilização, entendido como um processo “de influências sociais orientado para a integração dos jovens num sistema existente de relações e valores sociais” (Pais, 1993: 43), mesmo na viragem para os anos 70.

A isto pode acrescentar-se a partilha de experiências que, em alguns pontos, teriam em comum: enquanto repúblicos, esses Antigos, para além de terem pertencido àquela comunidade, âncora identitária, teriam passado, e ultrapassado, situações aqui e ali em muitos aspectos semelhantes – com os companheiros da República, com os consumos, com as mulheres, ao nível das “partidas” e dos “bruás”, ao nível da ligação com a cidade, com as serviçais, com os professores, com os aspectos praxísticos... Assim se compreende como as maiores festas do Palácio da Loucura proporcionavam uma integração funcional das várias gerações.

Nestas interações, alguns dos jovens repúblicos construiriam formas sociais de entendimento, articulando-as com formas de percepção-acção. E recordava-se a narrativa histórica da comunidade, acedendo a um “texto colectivo simbólico”, na expressão de Paul Connerton (1993: 60), e à exemplificação dos valores culturais. Assim se afirmava o princípio da transmissão – apesar de não podermos afirmar a tendência para a invariância deste aspecto, pois a passagem do tempo trouxe consigo alterações.

Nestes momentos festivos, ajuntamento, encontro, momento de vida em comum (Sanchis, 1992: 40) a que não faltaria o júbilo e o calor da imaginação dos anteriores “loucos” – por retomarem o contacto com o lugar<sup>30</sup> e com os “novos” – teriam as cantorias grande expressão: o hino<sup>31</sup> (cuja letra se liga aos universos vivenciais da comunidade), a valsa, a rapsódia do Palácio... E ouvia-se o “discurso

---

<sup>28</sup> Alguns destes palacianos dos tempos anteriores estariam, em termos etários, pouco (ou nada...) afastados dos, na época, actuais. Mas a saída da República conduzia a uma modificação de estatuto, desta feita, simbolicamente, para uma nova fase da vida, a da adultez.

<sup>29</sup> Também podiam aparecer em outras ocasiões, por exemplo, quando se encontrassem de passagem pela cidade.

<sup>30</sup> Indiferentes ao aviso “nunca voltar ao lugar onde fomos felizes”, poderíamos afirmar... Afinal, ainda hoje muitos deles utilizam a expressão “a minha casa”, referindo-se ao Palácio da Loucura.

<sup>31</sup> Canta-se, de acordo com as próprias indicações, em grupo. “Doutores, todos a postos, vem aí material” corresponde ao momento de intervenção do(s) caloiro(s) da casa.

Todo o hino enaltece as qualidades dos repúblicos, mesmo no que respeita à lâbia com que lidam com

louco” — “e depois, povos e ‘povas’, onde é que está o oceano? A virtude, o peixe e a carne? Esta merda nunca ‘progreda’... E as azenhas, e os moinhos...” —, “número” celebrizado durante a década anterior, cheio de referências desconexas, erros gramaticais e pontos de inserção do absurdo, exigindo “uma filosofia especial” (palaciano 1954-59).

De facto, eram estas festas muito concorridas, com lugar para muita discursada, cujo tom revestiria o de um louvor entusiasta, recordações e piadas “100% académicas”, sem excluir as de fundo político.

Novos, Antigos, Mor em exercício (o presidente da casa, que era o último a usar da palavra), representantes de outras Repúblicas — falar no Centenário seria um “ponto de honra” (palaciano 1963-69a) —, poucos não usariam a palavra, ultrapassando a desorganização reinante e as constantes interpelações da assistência, até porque havia quem assumisse o contradiscurso, interrompendo por nada e por tudo.

Compreende-se que os actores sociais reconheçam, *tutti quanti*, a importância da ginástica oratória, cujo tom assentaria em vocabulário purista, ênfase académico, louvor solene, com que contactavam nestes momentos de confronto.

Os discursos dos Centenários, ainda actualmente, na Real República Palácio da Loucura, correspondem a momentos de expectativa, guardando-se silêncio, sobretudo no que respeita aos dos Antigos, exercícios de eloquência acompanhados de amplitude retórica e de gestos também, dramatismo de entoação, como se uma peça de antologia se apresentasse. Respeito, pois, pela autoridade e antiguidade endógenas ao grupo.

Quanto aos quotidianos dos palacianos (a vida de todos os dias), o confronto seria permanente: discutia-se tudo “a propósito de... e a propósito de não” (palaciano *sui generis*), independentemente das filiações políticas e religiosas dos elementos da comunidade, pois na fina linha das opções registavam-se divergências, sem dúvida.<sup>32</sup> E a discussão era aberta a todos os temas sem excepção: “o único tabu da casa era a proibição” (palaciano 1967-68), ou seja, a interdição de falar sobre qualquer assunto, porque nenhum era “sagrado”. E havia duas boas ocasiões para o fazer: “durante as refeições e fora das refeições” (palaciano 1954-62).

Este *savoir vivre* entre os diferentes revestia uma outra forma de aprendizagem: a da vivência democrática. Uns anos de estadia na República forneceriam

---

os credores. Até porque são “doutores”, e “doutores” de vários saberes: de Medicina (“Há cá quem cure tumores”), de Direito (“Quem defenda a rectidão”), das Ciências (“Quem das contas seja mestre”) e mesmo das mulheres-moças-garotas (“Quem alugue o coração”). Destaca-se ainda a presença da afirmação de homogenia do grupo: “sem excepção de nenhum”.

<sup>32</sup> Porém, nas vozes em que as singularidades de cada um se reconheciam diferentemente, os parâmetros éticos (a perspectiva moral) não apresentariam divergências significativas. Destaque-se que a tolerância e o respeito pela opinião dos outros não deixaram de ser fortemente sublinhados.

também um contacto com uma “escola engraçada do jogo democrático” (palaciano 1958-62), esbatendo a dificuldade de pensar a diversidade no seio da unidade.

A fuga aos credores, os “cravãos” e os “desvios”,<sup>33</sup> aventuras e desafios que exigiam talentos, estratégias plurais, criatividade, brincadeira e astúcia, improviso, salto de obstáculos e artimanha (conjugação da arte com a manha?), oferecem-nos outros exemplos de situações em que os jovens se envolviam. Tudo sancionado pela apologia da “tesura” que, diga-se, fazia parte da “moralidade” reinante e aprendida em interacção com outros elementos detentores do mesmo estatuto, no lugar oposto ao dos “poderosos” (que não são “tesos”...).

Depois, para além da componente dionísica da sociabilidade no que tem de mais colorido, a boémia a que os jovens se entregavam tinha uma forte componente tertulial: pela noite adiante, copos de vinho barato e rodela de chouriço (as chamadas “ceatas”) eram pretexto e pano de fundo para discorrerem sobre temas vários, cruzando a filosofia, a política, a literatura, e outros.<sup>34</sup> Mais: “o Palácio lia” (palaciano 1963-69b) – a leitura cabia nas rotinas dos repúblicos, até de obras consideradas subversivas pelas forças autoritárias do regime. Era um dos hábitos mais enraizados na casa, ganhando terreno com o avanço da década de 60,<sup>35</sup> o que lhes terá dado “muita estaleca” (palaciano 1964-68).

Podemos avançar com a ideia de que, na Real República Palácio da Loucura, os “homens de amanhã” formavam-se não apenas a “assimilar o verbo”.<sup>36</sup> Mesmo através da vivacidade cómica, inaugurava-se a dimensão do futuro em clima de aparente descontração, numa atmosfera de “loucura saudável”, expressão recorrente nos registos orais dos actores.

“A brincar se fazem homens” é, indubitavelmente, o que nos ocorre.

### **Aplicar um conjunto de haveres**

Vimos que, enquanto parte do corpo estudantil de Coimbra, a cultura dos repúblicos apresentava uma linguagem própria, uma linguagem específica de uma cultura juvenil que era produzida em interacção e em práticas de vivência quotidiana e gregária, específicas de uma determinada camada da juventude, nomeadamente da masculina que, por opção, vivia numa República de estudantes de Coimbra.

<sup>33</sup> De galinhas, de loiças e talheres, de tubos de ensaio chamados a substituir os copos, e de tantos outros objectos, mas também da electricidade pública.

<sup>34</sup> O convívio dos repúblicos, estudantes de cursos diversificados, proporcionava-lhes grande eclétismo cultural.

<sup>35</sup> O hábito das leituras em grupo chegou a ser formalmente instituído, sobretudo à hora de jantar.

<sup>36</sup> Se bem que também tenhamos detectado mecanismos de incentivo ao estudo.

A presença de uma série de aprendizagens múltiplas conduz-nos à ideia de indivíduos autónomos e seguros, desenrascados, diríamos, com traquejo, “lábria”, “calo”... O futuro social que, indivíduo a indivíduo, o correr dos anos de vivência na República ia acelerando, era exercitado numa via de sociabilização parodiante e hedonista, jocosa e feita de pândega.

Os que “aguentassem”, como realçámos, ganhariam uma preparação grande, sólida, treinar-se-iam para serem senhores de si, donos de uma autoconfiança conducente ao perfil de uma classe dominante – afinal, os palacianos da década de 60, os nossos actores, iam ser os licenciados de um país grandemente constituído por analfabetos... Os códigos comunicacionais estudantis, em geral, e repúblicos, em particular, aparentemente inocentes, interiorizavam, pelo jogo, pela brincadeira, pela invenção, pelo desempenho teatral (e muitas das vezes o enquadramento teatral encontrava correspondência no modelo da sociedade organizada...), uma representação valorativa das hierarquias “lá de fora”, em efeito-espelho...

À maneira de conclusão, vejamos então, em rápida incursão, como a participação e o envolvimento dos palacianos nas crises académicas que atravessaram os anos 60 teve no seu ponto nodal a articulação, a orquestração, do conjunto dos saberes recebidos na comunidade, na vivência colectiva daquele espaço social com características culturais muito próprias, onde o confronto era permitido, mesmo estimulado, treinando os jovens para apoiarem causas com fervor, opondo-se a outras com arrojo e com ardor. Vamos referir-nos especialmente à luta estudantil da Coimbra de 1969.

É forçoso recordar que os actores sociais se viram envolvidos num pesado contexto político. Na década privilegiada nesta abordagem, o regime que Oliveira Salazar construía ferreamente – a mais longa experiência autoritária de direita na Europa – não conseguia já deter a marcha do tempo, tão pouco esconder os indícios claros de um mal-estar profundo que alastrava interna e externamente. O “saber durar” do regime que Salazar criara fazia a sua sinuosa caminhada no processo da agonia.

E, como analisou Reis Torgal (1999: 254), “os movimentos académicos, sobretudo os da década de 60 (...), acabaram por ter um papel singular na luta contra o Estado Novo” – se é deveras abusivo afirmar que o derrubaram, os contributos que deram para a sua desestabilização são já consensuais.

Falamos da vigorosa contestação, com dimensão nacional, vinda das camadas universitárias, que iria percorrer os anos 60, com maior ou menor pujança, com mais ou menos força e visibilidade, mas sempre presente. Contestava-se o autoritarismo, lutava-se pela liberdade, pelo direito de associação, pela qualidade do ensino. Pela mudança.

Digamos desde já que a politização do Palácio da Loucura aumentou ao ritmo do avanço do decénio e que a vivência na República contribuiu fortemente para a

politização dos “da casa”, sobretudo a partir da arrebatadora campanha delgadista, período de tomada de consciência, a nível cívico e a nível político, que gizou a configuração da “cultura política”, do “cimento ideológico” dos actores sociais, à semelhança, cremos, do que nas outras comunidades congéneres aconteceu: “só não se politizou naquela altura quem não queria” (palaciano 1954-59).

O conjunto dos repúblicos das várias casas era, por excelência, um grupo que usufruía de liberdade, regendo-se por princípios democráticos que a prática do não autoritarismo ajudava a cimentar, e também por isso se comportou de forma específica. Se à Universidade iam aprender a perpetuar (ou a melhorar) as suas posições sociais de origem, acabaram por encabeçar enérgicas iniciativas de crítica, de reacção, de contestação em relação ao regime, estando presentes na arena de confronto ideológico com o poder em que a instituição universitária de Coimbra, ao longo do decénio, se foi transformando.

Aqui chegados, i.e., a partir de então, na Real República Palácio da Loucura, “oposição democrática” era o que se fazia ao Salazarismo e ponto. E afirmam-se todos politizados e “sempre no bom sentido”, expressão a que vários inquiridos recorreram, vincando o seu divórcio em relação à ordem política estabelecida.

Compreende-se que, no seguimento da estratégia desenhada pelas estruturas do Partido Comunista – o cerco e a conquista da Associação Académica de Coimbra (AAC) –, as Repúblicas constituíssem ponto de interesse fundamental. Como vimos, eram pequenas ilhotas democráticas, onde um punhado de jovens gozava da autonomia que a desvinculação familiar lhes permitia, em trânsito para a idade adulta. Estavam no “miolo” e no “caroço” da Academia, com todo o seu “folclore muito simpático” (palaciano *sui generis*). E, como apoio logístico, reuniam boas condições.

Todavia, quanto aos elementos do Palácio, desengane-se quem pense que as militâncias no Partido Comunista vão sendo em maior número com o decorrer dos anos 60. Somente três palacianos – e precisamente do início do decénio – pertenceram a células comunistas.<sup>37</sup> Dois destes foram presos durante a primeira crise académica sessentista: Diamantino Oliveira Henriques e Manuel Louzã Henriques, punido com três anos e meio de prisão.<sup>38</sup>

À entrada da década, assiste-se à revitalização da actividade do PCP na Universidade, grandemente possibilitada pela entusiástica campanha delgadista, mas também se vive um período em que se descortina a adesão de numerosos estudantes a um “certo posicionamento anti-salazarista organicamente descomprometido e de base doutrinária sincrética” (Garrido, 1996: 79).

<sup>37</sup> Porém, mais tarde, alguns vieram a filiar-se nesse partido, mas não abordaremos o aspecto das trajetórias.

<sup>38</sup> Terá sido o estudante que mais tempo esteve preso pela PIDE / DGS.

No entanto, se o desenho das movimentações foi pensado no seio do PCP, fazendo o aproveitamento da presença de um sector descomprometido e de dimensão política diferente, a sua concretização não pode ser exclusivamente olhada à luz da influência comunista.

Neste alinhamento estratégico, em 1959-60, o Conselho de Repúblicas (C.R.), vivificado com o objectivo de se tornar uma voz de influência, apresentou a primeira das suas listas para a disputadíssima Direcção da AAC, da qual faziam parte, entre outros,<sup>39</sup> os palacianos Flávio Sardo (o Louco-Mor da época, o que obteve mais votos) e Manuel Louzã Henriques (detentor no momento de posição destacada na organização comunista). Se na primeira destas listas para a eleição dos corpos gerentes a vitória não foi obtida, o mesmo não sucederia em 1960-61, tão pouco em 1961-62.

Em 1960, com a primeira vitória das listas de “inspiração democrática” que este organismo tradicional<sup>40</sup> propusera, as linhas de orientação do movimento associativo – ao nível do seu discurso e da sua acção – sofreram alterações. Da Direcção-Geral foi tesoureiro o palaciano Fernando Cortez Baptista Ferreira<sup>41</sup> – aliás, “a prática de seis anos de Ministro do Bago, o responsável pelos dinheiros da casa, ter-lhe-á sido da maior utilidade ao bom desempenho desse lugar” (palaciano 1958-62).

Um ano depois, impedindo o convívio entre os universitários (o Dia do Estudante, pois), criando-lhes dificuldades e accionando uma repressão pouco selectiva, “o poder despertou os estudantes para a observação do que estaria por detrás dessas medidas” (Caiado, 1990: 109), passando a alimentar uma batalha mais assumida, contribuindo desastrosamente para o processo de desafecção de uma importante camada universitária a braços com uma difícil “meteorologia” política. Referimo-nos à crise académica de 1962, em que os actores sociais participaram activamente: estiveram na distribuição de comunicados (um deles foi preso por essa acção), estiveram nos muitos plenários do Parque de Santa Cruz, estiveram nos cordões humanos, no luto académico com ausência às aulas (“greve” era palavra proibida...), nas duas ocupações da AAC.

“A crise de ’62 plantou a árvore, a de ’69 apanhou os frutos” (palaciano 1963-69b). Mas grandes diferenças separam-nas.

Se a corajosa campanha de Delgado tinha galvanizado os elementos da geração anterior – “foi o choque eléctrico” (palaciano 1954-59) –, os impactos enormes de

---

<sup>39</sup> Fernando Assis Pacheco, José Pinheiro Lopes de Almeida (já militante do PCP), Manuel Alegre, Rui Polónio Sampaio, Fernanda Dias...

<sup>40</sup> A lista era composta por elementos das Repúblicas e dos Organismos Autónomos da AAC (CITAC, Orfeon, TEUC, Tuna...).

<sup>41</sup> Por esse motivo, seria nesse momento “o tipo do Palácio que mais visibilidade tinha” (palaciano 1958-62).

um factor exógeno à Universidade, a questão colonial que alastrava e que parecia não mais ter fim (o bloqueamento político-militar da guerra chegara indubitavelmente à agenda dos movimentos estudantis, ou não tivessem decorrido oito anos desde o início da “acção armada”...), a que se juntara a forte repressão e o autoritarismo exercidos pelo regime, e bem assim o elitismo da frequência universitária, empurravam cada vez mais os jovens para a via de sentido oposição.

A Crise de '69, como é chamada simplifadamente, “muito mais de Coimbra” (palaciano 1963-69a) do que a de 1962, pode ser olhada aqui como terreno de mobilização dos recursos aprendidos e fortemente treinados nas Repúblicas.

Mesmo porque, com o avançar da década, o discurso de fundo político foi, deliberadamente, ganhando terreno, “na substância, apesar de, na sua forma, muitas vezes, não o ser” (palaciano 1963-69b), estratégia a que terão aderido muito pelas leituras de Gramsci. Insinua-se a emergência de uma nova visão que, mais à frente, vai instrumentalizar estas (como outras) “ferramentas” tradicionais: “todos tinham de falar sobre questões culturais, políticas, enfim, uma seiva nova no seio das tradições” (*ibidem*). A piada política, tão ao gosto dos repúblicos,<sup>42</sup> reveste-se, então, de seriedade (o lúcido...), se bem que velada, num jogo em que a brincadeira (o lúdico...) continua a ser o veículo.

O vasto e plural movimento estudantil do final dos 60 foi delineado a partir da “intentona” de 1965 –<sup>43</sup> frágil e desligada das massas estudantis, onde o palaciano Celso Cruzeiro detecta “pobreza estratégica”, entre outras debilidades e limitações (1989: 11) –, mas que veio solidificar a tendência politizada contra o regime. A lista vencedora em 1964-65 havia sido “claramente tomada pelo PC” (palaciano 1963-69a), cuja estratégia incluía o sector estudantil como mais uma frente de luta. Por aí se compreende como a Crise de '69 “escapou em grande parte ao controlo comunista” (Caiado, 1990:180).<sup>44</sup> Depois, a invasão da Checoslováquia pelos tanques soviéticos e o XX Congresso Comunista da URSS reforçavam a ideia de que o PCP não seria opção única para o combate ao regime. Além do mais, os confrontos com a polícia e as contestações (capazes de aniquilar *a priori* o movimento), o “fazer

<sup>42</sup> Também nos efeitos multiplicadores encontramos o gracejo de fundo político, consentido e enquadrado na irreverência característica dos rapazes das Repúblicas: o famoso “sermão da montanha”, número celebrado por dois palacianos, foi complementado pelos elementos de uma República afilhada do Palácio – na Praça da República, a “rapaziada” fazia procissões jocosas, sabiamente aproveitadas para a crítica ao regime (“Nossa Senhora das batatas, fritai-as; Nossa Senhora dos macacos, penteai-os; Nossa Senhora dos bombeiros, municipalizai-os; Nossa Senhora da Assembleia Nacional, dissolvi-a...”).

<sup>43</sup> O ano de 1965 tinha conduzido à demissão e à expulsão dos dirigentes eleitos para presidir aos destinos da AAC, ao encerramento das instalações académicas, à imposição de uma comissão administrativa ao gosto do regime.

<sup>44</sup> Contudo, deve dizer-se que essa organização clandestina esteve presente, não cessando a sua intervenção no quadro do movimento associativo.

heróis”, o “marchar direitos às baionetas” (palaciano 1963-69a), era a estratégia criticada pelos nossos inquiridos (os que participaram activamente na crise de 1969). Às Repúblicas e ao seu Conselho (C.R.), cujas decisões vinham assumindo importância e visibilidade, estaria de novo reservado um papel de destaque como pólo activo de resistência.

A luta foi pensada no sentido de diminuir e estreitar o fosso dirigentes/dirigidos associativos. Levantemos o pano para afirmar que o êxito desta estratégia foi confirmado por percentagens altíssimas. A ausência de politização formal muito terá contribuído para isso: “permitiu agrupar muito mais gente, fazendo a unidade, num período em que havia um certo horror à actividade política, ideia difundida pelo regime” (palaciano 1963-69b). Mesmo que recorrendo aos valores praxistas e folclóricos, ao respeito pelas instituições vigentes, às especificidades do “espírito” de Coimbra.

Órgão alegal e, por isso, livre de condicionalismos, o C.R. estava privilegiadamente entrosado na especificidade da “cidade dos estudantes”, e começou a desenvolver permanentemente campanhas de informação à Academia, mostrando grande capacidade de liderança, até se tornar um poderoso foco anti-ditatorial.

Valerá a pena lembrar ainda que os repúblicos eram experientes no trabalho associativo. A sua participação interventiva, de grande visibilidade, desmentia as vozes dos sectores mais conservadores que (convenientemente) teimavam em apresentar as Repúblicas como centros de todas as boémias, de todas as incapacidades estudantis. Da comunidade que estudámos, e referimo-nos somente à segunda metade da década de 60, encontramos cinco elementos no CITAC, um na Tuna, outro no TEUC (para além de um elemento no Judo, e de outros no Ping-pong...). Neste ponto, como em outros, as forças autoritárias do regime estavam particularmente atentas, como confirmámos na análise dos documentos do Arquivo PIDE/DGS.<sup>45</sup>

Discussão e debate político-cultural sobre as ideias, os modelos, os instrumentos, era o que não faltava no Palácio da Loucura, sobretudo com o avanço da década, com a literatura, a filosofia e os projectos societários a criarem um interesse cada vez mais alargado, mais nítido. “Vocês é que são os trabalhadores, nós somos os parasitas”, afirmação que denota a consciência social da nova geração que conduziu a Crise de 1969 – proferida em tom pseudamente jocoso por um actor social (palaciano 1963-69a), ao latoeiro vizinho e amigo da casa. Mais: dois repúblicos, aceitando o convite da Cooperativa Cultural Confronto, dedicaram o mês de Agosto de 1968 à comunidade rural de Baião. A intenção parece clara: conhecer o “país real”, como

---

<sup>45</sup> Os nomes de dois elementos da Real República Palácio da Loucura, eleitos para cargos directivos, não foram homologados – Vítor Miragaia, no CITAC, e José Pio Abreu, na Tuna –, o que ajuda a clarificar o receio com que eram encaradas as movimentações que implicavam repúblicos.

hoje se diria. Nesse campo de trabalho, organizado pelos católicos “progressistas”, desdobraram-se em iniciativas de apoio social.<sup>46</sup>

A Crise de 1969, tal como a sua incubação, pode servir de chave paradigmática que nos permite descortinar um espaço de mobilização do *habitus*, com o seu poder gerador e unificador, “espécie de sentido prático do que se deve fazer numa situação dada” (Bourdieu, 1997: 26), matriz prática de toda a acção / representação / avaliação / classificação, integradora da experiência passada. Pela dimensão gregária da cultura dos jovens, pela retórica, pela festa que fez parte deste movimento. Pelo espírito inventivo (também presente nos “truques” e artimanhas com que fintaram as forças da repressão e demais intérpretes do regime...), pelo humor, pelo sentido crítico. Pela solidariedade colectiva, pelo facto de estarem bem posicionados, pela “rede” que estas comunidades proporcionavam aos seus elementos. Pelas coordenadas vivenciais da generalidade das Repúblicas.

Podemos concluir que a orquestração do *habitus* repúblico esteve presente, dando conta da “unidade de estilo que une as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (*ibidem*: 9).

Até pela sagacidade e imaginação, ironia e instrumentalização das poderosas “coisas de Coimbra”, canalizadas para o contexto da luta estudantil. Lançando mão de instrumentos ritualmente consagrados na tradição, a praxe ganhou um papel eficaz e inovador – as suas práticas (sem dúvida tradicionais, mas que davam corpo e forma, uma identidade cultural forte, à irreverência estudantil de Coimbra) contribuíram para a desestabilização de um regime de elevado grau de tradicionalidade.

Os instrumentos de antanho passaram então a ser usados como “arma” da cultura dos estudantes, criando oposição às categorias dominantes do espaço social (Universidade), numa estratégia de subversão do poder.<sup>47</sup> Muito contra os “Contestas” (inspirados em Trotsky e em Reich, reunindo alguns dos “ismos” da esquerda fragmentada) e contra aqueles enquadrados organicamente no PCP, a chamada corrente “IBM”, que agrupava alguns elementos vindos de Lisboa, a quem as “coisas de Coimbra” apareciam reaccionárias sob o manto do tradicionalismo da cidade – “queriam vir incendiar Coimbra” (palaciano 1963-69a). Por esse motivo, também no confronto com estas vozes discordantes, conseguimos descortinar a construção da ideia de indivíduos que têm alguma coisa a dizer e a fazer, para quem os elementos

---

<sup>46</sup> Limpam e reconstruíram casas; empreenderam tentativas de alfabetização e de estímulo dos direitos de cidadania dos camponeses; animaram culturalmente a aldeia; fizeram recolhas etnográficas, como entrevistas, registo de imagens e gravações. Mas repare-se que muitos outros elementos da casa tinham colaborado, no ano anterior, na iniciativa de apoio às vítimas das cheias que assolaram a região de Lisboa.

<sup>47</sup> Exemplifiquemos com a difusão de mensagens necessariamente dissimulada, mas também com a utilização de manifestações permitidas, porque enquadradas na praxe académica, num país cheio de proibidos.

singulares do terreno coimbrão não representavam, de todo, área movediça, mas sim pólos mobilizadores do “estudantado”.

Nos embates com as forças autoritárias do governo, como também com as tendências imediatistas das correntes atrás referidas, estiveram envolvidos directamente dois palacianos, João Celso Cruzeiro e José Pio Abreu, este último sobretudo na Comissão Pró-Eleições,<sup>48</sup> porque no momento de eclosão do vasto e plural movimento de 1969 já não era estudante (apenas lhe faltava concluir o estágio de Medicina). Quanto ao primeiro, outra silhueta de grande visibilidade, Rui Namorado a ele se referiu como um dos dois dirigentes (Alberto Martins, presidente da AAC, igualmente) “com maior fulgor comunicativo, com maior capacidade de empolgar as grandes assembleias” (1989: 79), à maneira de um verdadeiro tribuno.

Falamos de elementos de grande visibilidade, porém, a totalidade dos repúblicos do Palácio da Loucura esteve na luta estudantil, à semelhança da geração presente na crise académica de 1962: estiveram na produção de textos, impressão e distribuição d’ *O Badalo* (órgão informativo do C.R.) e dos muitos comunicados, nos piquetes, nos cortejos da Tomada da Bastilha, no histórico dia 17 de Abril, nas reuniões do C.R., nas operações “Flor” e “Balão”,<sup>49</sup> no embate com as cargas policiais, na greve, nos boicotes, nas assembleias magnas, nas aulas-debate, nas disputas de futebol (o movimento alargou-se à prestigiada equipa sessentista da “Briosa”, a Académica)... Enfim, em todas as outras componentes de forma e conteúdo do momento, jogando com elementos de importância extrema, como a perda do ano escolar (com a consequente partida para a guerra), a perda das bolsas, a perda dos apoios familiares, a interrupção demorada do curso, por vezes a sua perda definitiva.

Nos ecos desta experiência, cada um na primeira pessoa, nas suas representações, observamos que para todos foi um “viveiro”, um “laboratório político e cultural”, agora nas palavras de Rui Namorado (1989: 63).<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Em 1968, a CPE conseguiu recolher as 2 500 assinaturas necessárias ao pedido de um ponto final nas comissões administrativas que desde '65 não tinham deixado de conduzir os destinos da AAC, reivindicando eleições. De Janeiro de 1968 a Fevereiro de 1969 (momento em que a Direcção Geral eleita tomou posse) terá sido a CPE que dirigiu, de facto, a AAC, de acordo com os depoimentos que recolhemos.

<sup>49</sup> Com o objectivo de fazer o descolamento do “quadro” pejorativo que o regime promovia (catalogando-os de provocadores, bandos de terroristas...), aqui e ali inspirados no Maio que a França conhecera um ano antes, e pretendendo também alargar as bases de apoio da contestação ao poder, os estudantes desenvolveram acções de enorme criatividade, audácia e imaginação, ambas fortemente treinadas nas Repúblicas. Em manifestação, desfilaram pela Baixa, até à Portagem, distribuindo flores a quem por eles se cruzasse, até a polícias. Foi a “Operação Flor”. Um grupo teria mesmo forrado de flores um eléctrico. Quanto à “Operação Balão”, consistiu na largada de balões com mensagens cifradas (reivindicações estudantis como “liberdade”, “fora a censura”...), no Largo da Portagem.

<sup>50</sup> Elemento de uma das casas afilhadas do Real República Palácio da Loucura, os Pyn-Güyns, que esteve presente em todas as crises académicas da década em questão.

## Concluir

Nos discursos dos actores há uma espécie de refrão do colectivo, indiciando que as sociabilidades proporcionadas pela vivência em comunidade, em Coimbra, numa República, no Palácio da Loucura, nos tempos de juventude, foram um factor de grande importância nos trajectos pessoais dos sujeitos envolvidos, tanto ao nível do desenvolvimento moral, como do social e do cognitivo. Ocorre a ideia de que os momentos e as vivências palacianas os marcaram, os mudaram, e que depois passaram a ser parte significativa do que hoje os protagonistas são.

Também por isso estas comunidades não foram consideradas pelos repúblicos apenas como espaços de convívio e afectividade, apesar destes últimos terem sido vincadamente destacados.

O almanaque de cumplicidades dos estilos de vida palacianos deixa transparecer uma prática de preparação e treinamento para a vida (que a idade adulta implicaria), até porque na cultura da improvisação encontramos uma notável capacidade de aprendizagem, derivada do proverbial desenrascanço / desenrasque e em compatibilidade com o lúdico, que surge nos limites do formal e do informal, do legítimo e do ilegítimo, no cruzamento das oportunidades e da espontaneidade das vivências.

Utilizando esses saberes, esses haveres, esse capital, os repúblicos colocaram-se nas lutas estudantis como corpo diferenciado. Aliás, conservamos a opinião de que o “pano de fundo” das Repúblicas – com “leis” próprias, modalidades incorporadas em *habitus*, com aquelas maneiras de ser / estar / dizer / (...), com identidade e autonomia – era perfeitamente mobilizável para a ideia de rebeldia e de contestação.

E, hoje ainda, os actores verbalizam o orgulho de terem contribuído para que, poucos anos depois, o último império colonial conhecesse um cenário de “flores no cano das espingardas e canções de solidariedade na boca dos militares” (Abreu, 1989: 50).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, JOSÉ LUÍS PIO (1989). “A diferença de Coimbra 69”, 69. *Pretextos para...* Coimbra: Edição Coordenadora de Matemática / Direcção-Geral da AAC.
- ANDRADE, MÁRIO SARAIVA DE; BARROS, VÍCTOR DIAS (1957). *Código da Praxe*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BOURDIEU, PIERRE (1997). *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editores.
- CAIADO, NUNO (1990). *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento.
- CARVALHO, PAULO ARCHER DE (1990). “In Memoriam – Notas para a tipologia mental da comunidade

- estudantil de Coimbra (1870-1945)", *Revista de História das Ideias*, vol. 12. Coimbra: UC.
- CONNERTON, PAUL (1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- COSTA, ANTÓNIO FIRMINO DA; MACHADO, FERNANDO LUÍS; ALMEIDA, JOÃO FERREIRA (1990). "Estudantes e amigos – trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, vol. XXV, nº 105-106. Lisboa.
- CRUZEIRO, CELSO (1989). *Coimbra 1969: a crise académica, o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Edições Afrontamento.
- CRUZEIRO, MARIA EDUARDA (1992). "Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117. Lisboa.
- (1990). "Folclore estudantil e cerimonial académico: práticas de produção e reprodução institucional", *Vértice*, nº 28, II Série.
- (1986). "Questões de uma Tradição" (entrevista), *Via Latina*. Coimbra: Direcção-Geral da AAC.
- (1979). "Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional", *Análise Social*, vol. XV, nº 60. Lisboa.
- ESTANQUE, ELÍSIO (1989/90). "A Cidade dos Estudantes. Notas para um estudo sociológico da identidade cultural da juventude universitária de Coimbra", *Via Latina* (Suplemento). Coimbra: DGAAC.
- FERNANDES, LUÍS (1998). *O Sítio das Drogas – Etnografia das drogas numa periferia urbana*. Lisboa: Editorial Notícias.
- GARRIDO, ÁLVARO (1996). *Movimento estudantil e crise do Estado Novo. Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva.
- GUIMARÃES, DULCE MARIA PAMPLONA (1992). "Festa de produção: identidade, memória e reprodução social", *História*, vol. 11. São Paulo: UNESP.
- HENRIQUES, MANUEL LOUZÃ (1991). "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", *Universidade, História, Memória, Perspectivas, Actas III*, Congresso de História da Universidade, 7º Centenário. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade".
- LOPES, JOÃO TEIXEIRA (1997). *Tristes Escolas. Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento.
- MAFFESOLI, MICHEL (1985). *O conhecimento do quotidiano. Para uma sociologia da compreensão*. Lisboa: Vega Universidade.
- NAMORADO, RUI (1989). "Para uma Universidade Nova – Crónica de Crise de 1969 em Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27-28. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- (1966). "Repúblicas de Coimbra", *O Badalo*. Coimbra: Secretariado do Conselho das Repúblicas (Maio).
- PAIS, JOSÉ MACHADO (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- PRATA, MANUEL ALBERTO CARVALHO (1993). "A Praxe na Academia de Coimbra – Das práticas às representações", *Revista de História das Ideias*, vol. 15. Coimbra: UC.
- SANCHIS, PIERRE (1992). *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- TORGAL, LUÍS REIS (1999). *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra. 1926-1961*. Coimbra: Minerva.